

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“COM DEDICAÇÃO E ZELO PERMANECE NA CADEIRA”: JOSÉ DO PATROCÍNIO MARQUES TOCANTINS PROFESSOR DE MÚSICA NO LYCÊU DE GOYAZ NOS OITOCENTOS

Alessandra de Oliveira Santos – PPGE/UFG

alesantosdp@yahoo.com.br

1 - Introdução

Pensar a trajetória dos professores na instrução secundária, Lycêu de Goyaz¹, requer considerar esta instituição inserida em um contexto brasileiro marcado por iniciativas de mudanças e permanências que marcam sua história. É preciso analisar os aspectos legais e de política local nas províncias, em um âmbito pautado pela educação humanista ganhando forma nas instituições de instrução secundária, dentre elas o Lycêu de Goyaz.

Considerando este cenário, em pesquisa realizada sobre a representação dos primeiros sujeitos a ocupar o ofício de professor na instituição citada, foi possível perceber que houve uma quantidade considerável de homens que se ocuparam do ofício de professor no Lycêu de Goyaz e que possuíam ocupações diversas. Para este Simpósio trouxemos apontamentos sobre um desses sujeitos que era um descendente de escravos, em uma sociedade escravocrata marcada pelas relações de desigualdade sociais do século XIX, e que ocupou um importante espaço social na província de Goyaz.

José do Patrocínio Marques Tocantins, foi jornalista e professor de música. Temos pistas que anunciam ter tido uma vida marcada por experiências diversas. As fontes revelam que embora tenha se destacado enquanto professor de música, a concretização da prática de sala de aula foi desafiadora e carregada de contestação por parte principalmente do poder público, são vários registros de tentativa de manter o professor em outros locais.

¹ A grafia Lycêu de Goyaz será adotada na escrita deste texto, pois este é o formato do nome da instituição, seja nas fontes oficiais e não oficiais. Dessa forma, para ser fiel a escrita da época, optamos por esta grafia durante a escrita. Em determinados momentos usaremos a sigla LG para nos referir a esta instituição.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Como afirma Pesavento (1995), tendo em vista que a representação que organiza os traços deixados pelo passado e se propõe como sendo a verdade do acontecido, podemos pensar que estudar sujeitos como Tocantins, vai retirando aos poucos o “véu do esquecimento” sobre sujeitos que tem sua vida marcada pelos enfrentamentos e marcas dos negros em nossa história.

Para averiguar a representação de profissionais do magistério na história da educação brasileira, assim como anotar as particularidades das terras goianas, Valdez e Alves (2012) reafirmam que são diversas as fontes disponíveis que podem ser consultadas. Tendo como referência fontes como relatórios de Presidentes de província, relatórios de inspetores de instrução pública, ofícios, jornais e obras memorialísticas, problematizaremos os indícios sobre a atuação de José Marques Patrocínio Tocantins, em suas relações com as cadeiras ministradas a partir das ambiguidades na relação com o Estado que, por vezes, revelou julgamentos no seu cumprimento do ofício no magistério secundário.

Importante considerar que no conjunto das leituras realizadas sobre os professores, temos elementos importantes para compreensão de partes da história deste tema. São trabalhos que constituem elaborações bastante diferenciadas entre si, evidenciando, como nos mostrou Catani (2000), em diferentes graus, a atenção para com a necessidade de contemplar dimensões de atuação, da formação, da produção de saberes, da organização e da relação com o Estado e outros elementos. O professor Tocantins nos permite perceber um fragmento da atuação de importantes sujeitos no magistério oitocentista.

Nas escolhas feitas para realizar esta escrita, traduzindo a história a partir da cultura, sem perder de vista as questões sociais e políticas, partimos em busca de tecer os fios e as tramas levando em conta a nada simples tarefa do registro da história da educação de Goiás, em um tempo e lugar com hipóteses definidas e cristalizadas.

2 – Com dedicação e zelo permanece na cadeira

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A expressão que nomeia este subtítulo revela, em certa medida, a representação atribuída aos ocupantes de outras cadeiras que tinham formação profissional diversa. Estamos falando de engenheiros, militares, artistas e até alunos recém-saídos do Lyceu que eram considerados pessoas com atributos necessários, culturais, familiares e de formação para o exercício do ofício de professor, portanto, “pessoas honestas e competentes”.

É preciso considerar inicialmente que pensar o ofício no magistério durante o Império requer considerar que se trata de uma ocupação realizada por sujeitos que não tinham uma formação diretamente voltada para o exercício do ofício. Não podemos perder de vista que a formação para o magistério, em especial para o ensino secundário, se dava com a formação técnica, ou seja, assumiam as cadeiras, como já foi apontado, homens que detinham profissões obtidas em faculdades, visto que ainda não tínhamos universidades, como registrou Cunha:

[...] o ensino superior desenvolveu-se pela multiplicação dessas faculdades isoladas - Medicina, Engenharia, Direito. Com o tempo, outras faculdades surgiram nesse quadro, permanecendo isoladas ou sendo incorporadas às universidades tardiamente (CUNHA, 2003, p. 155).

O quadro não se alterou substancialmente durante o período imperial, situação que contribuiu com arranjos educacionais como o de professores de uma cadeira serem transferidos para outras totalmente diferentes das que iniciaram na área de conhecimento. Tudo dependia das necessidades do momento e não das áreas em que eram formados, ou seja, não se garantia que pessoas das áreas de engenharia, por exemplo, se ocupariam de matérias das ciências exatas, ou outras ordens que os aproximassem.

Este último apontamento nos direciona a problematizar os lugares ocupados por estes sujeitos, que acumulavam profissões consideradas não somente nobres no século XIX, como também se constituíam como espaços de poder a tríade: Direito, Engenharia e Medicina. E, com alguma frequência, membros do clero exemplificam este movimento. Coelho (1999) afirma que essas profissões delinearam uma série de movimentos que tinha como objetivo criar um país por meio de um novo homem, o que nos faz inquerir que os sujeitos com essas formações atendiam à urgência da fundação de um paradigma de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sociedade moderna, associado à edificação de um campo científico e à difusão das ideias de civilização, como registrou o autor:

[...] Inventar um Brasil moderno significava, antes de tudo, abandonar uma série de procedimentos institucionais e sociais que mantinham relações com o período colonial e pré-industrial. Assim, saberes estabelecidos passariam a ser relativizados ou derrubados, dando lugar a novos valores estéticos e científicos, criando novos objetivos a serem perseguidos pelas áreas de conhecimento. À medicina caberia normatizar o corpo, à educação conformar as mentalidades, à engenharia organizar os espaços e ao direito legitimar o Estado. (COELHO, 1999, p. 48).

Pensar a atuação dos sujeitos que ocupavam, de acordo com Coelho (1999), essas profissões liberais no ofício de professores do Lycêu é entender um movimento presente no século XIX que atribuía para a instrução o seu lugar social de formação para a modernidade e o progresso, em consonância com valores científicos empreendidos pela tríade Medicina, Direito e Engenharia. Questões como essas nos instigaram a pensar sobre o ofício a partir dos sujeitos que tinham essas formações, mas não somente, pois tomando como referência a ideia defendida por Pesavento (2003), dos sentidos conferidos ao mundo, que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas e práticas, que outros sujeitos se dedicaram ao magistérios nos oitocentos, em específico em Goyaz, e que em larga medida trazem outras representações que apontam indícios sobre o que significou os lugares de ensinar.

Houve uma quantidade considerável de sujeitos que se ocuparam do ofício de professor no Lycêu de Goyaz e que possuíam ocupações diversas. O recurso a uma formação que se pretendia cada vez mais diferenciada, mais especializada, não se constituiu em propriedade exclusiva dos campos médico, jurídico e da engenharia. Ela também pode ser evidenciada na formação dos artistas, por exemplo.

Em meados do século XIX, a Sociedade Propagadora das Belas Artes (1856) foi responsável pela criação de uma importante instituição particular de divulgação do ensino artístico e técnico na Corte imperial, o Lyceu de Artes e Offícios². Em Goyaz, o surgimento desta instituição foi citada pelo Presidente Francisco Januário da Gama

² Idealizado por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, o Lyceu iniciou suas atividades em 9 de janeiro de 1858, com a finalidade de proporcionar a todos os indivíduos, independentemente de nacionalidade, raça ou religião, o estudo das artes e sua aplicação necessária aos ofícios e indústrias (GONDRA; SCHUELLER, 2008, p. 73).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Cerqueira em 1858, ao relacionar esse acontecimento com a necessidade de “desenvolver na Capital o gosto pela arte e formar bons músicos que pudessem abrilhantar as festas profanas” (CERQUEIRA, Relatório, 1858).

Em consonância com a missão civilizatória da construção do Estado imperial, o Lyceu de Artes e Ofícios, instituição privada com subvenção do Estado, inspirava

[...] disseminar, pelo povo, educação, o conhecimento do — bello —, propagar e desenvolver, pelas classes operarias, a instrução indispensavel ao exercício racional da parte artistica e technica das artes, officios e industrias. (GONDRA; SCHUELLER, 2008, p. 74).

Ao atribuir para si essa missão, observamos que, em certa medida, poderia ter influenciado que cadeiras como a Música, Desenho, Ornatos e Figuras pudessem ser implantadas. Nesse sentido, seria possível depreender, desses apontamentos, que nesta província houvesse um movimento que procurasse estar em sintonia com os acontecimentos na Corte? Temos indícios de que sim, já que, na iniciativa para criação dessas cadeiras em questão, havia indicativos de que seu objetivo estava em torno da sempre proclamada contribuição com o desenvolvimento da nação. “Autorizei criação da aula de Desenho, Ornatos e Figuras para despertar as vocações e o gosto artístico...” (GOYAZ, Ofício, 1867-1872), pois “essa arte desenvolveu-se em outras províncias e na Corte” (PEREIRA, Relatório, 1869), conforme o Presidente de Província ao justificar a necessidade de se manter a cadeira de Música. Precisamos “desenvolver nos jovens o gosto pelo trabalho”, argumento usado pelo Inspetor de Instrução João Bonifácio, em 1881, ao defender a cadeira de Desenho técnico.

Na tentativa de promover nos alunos do Lycêu o chamado “gosto pela arte”, que contribuiria com o desenvolvimento da região esteve a cadeira de Música, ocupada por um professor considerado habilitado para o exercício do ofício, José do Patrocínio Marques Tocantins. As pistas apontam que a música esteve presente na Província de Goyaz de diversas maneiras, desde o século XVIII, mas como forma de transmissão familiar, no ambiente doméstico, nas cerimônias religiosas e principalmente nas festas e outros eventos sociais.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na forma de ensino, foi ministrada, segundo Bretas (1999), nas corporações militares para a formação de bandas de música³, nas igrejas, através dos padres, sendo privilegiados as músicas, cantos e bandas sacras⁴. Ocorre que essa tradição possa ter interferido para que, em 1848, um ano após a instalação do Lycêu de Goyaz, essa cadeira tivesse sido criada. Em relatório do Inspetor de Instrução Cônego Joaquim Vicente de Azevedo, entendemos a importância de ter essa cadeira: “despertar as vocações e o gosto artístico dos brasileiros” (GOIÁS, Relatório, 1874 – 1876).

Entre supressões e nova reabertura, a cadeira de Música chegou a ter alguns professores de Música, que permaneceram na regência por cerca de um ano. Em 1868, foi nomeado o professor José do Patrocínio Marques Tocantins, sendo considerado “pessoa aperfeiçoada em música” na Corte, como aparece no Relatório da Inspeção de Instrução. Sendo o professor de Música “obrigado a funcionar com seus alunos no côro das festas de *Corpus Crhisti*, missas festivas pela abertura das sessões legislativas provinciais e *TeDeum* de 25 de março, 7 de setembro e 2 de dezembro” (GOIÁS, Relatório, 1868 – 1871).

O Professor Tocantins tem suas atividades registradas de maneira recorrente nas fontes pesquisadas. Em um ofício, requereu provimento vitalício, apresentando como comprovação de sua competência o fato de ter estudado a arte na melhor corporação musical do Rio de Janeiro, a famosa banda de música do Exército (GOIÁS, Ofício, 1868-1871). Sabemos, a partir das informações constantes na legislação, que não havia base nos regulamentos para essa solicitação, o que poderia ter dado justificativa para nova solicitação em 1870, na qual o professor faz requerimento para concurso (GOIÁS, Ofício, 1868-1871), tendo sido aprovado e nomeado professor vitalício.

Ao pesquisar um pouco mais sobre a origem e história deste professor de Música do Lycêu, entendemos melhor a busca e importância para ele da manutenção da cadeira e, melhor ainda, suas lutas em torno daquilo que seria a defesa das condições para o

³ Bretas (1999) registrou que a maioria das bandas era vinculada aos militares, nos locais onde existiam corporações militares. *Euterpe* parece ter sido a primeira banda de iniciativa particular a existir na província, sendo fundada em Meiaponte, em 1868, por Antônio da Costa Nascimento. Na capital da província, José do Patrocínio Marques Tocantins fundou, em 1872, a *Sociedade Filarmônica*. Mas esse autor destaca também que eram raros os lugares onde não possuíam uma banda de música. Rodrigues (1982) cita: Banda da Guarda Nacional (1864), Banda Policial (1859), Banda da Música União Goiana (1884), entre outras.

⁴ Sobre as bandas na Província de Goyaz, ver mais em Souza (2007) e Rodrigues (1982).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

exercício do seu ofício. Tocantins era um afrodescendente em uma sociedade escravocrata marcada pelas relações de desigualdades sociais do século XIX. Laurindo (2017) destaca que José do Patrocínio Marques Tocantins foi jornalista, músico e professor de música, representando a história de alguns negros que se tornaram exceções ao ocupar outros espaços sociais na província.

Como afirma Pesavento (1995), tendo em vista que a representação que organiza os traços deixados pelo passado e se propõem como sendo a verdade do acontecido, podemos pensar que estudar sujeitos como Tocantins vai retirando aos poucos o “véu do esquecimento” sobre sujeitos que têm sua vida marcada pelos enfrentamentos e marcas dos negros em nossa história⁵. Foi um professor que teve a cadeira suprimida pela Assembleia Legislativa, já que, como professor vitalício, não poderia ser exonerado, ao desagradar o governo por ter aceito proposta de trabalho na tipografia dos Bulhões⁶, que, em 1872, já eram considerados oposição ao governo.

É preciso destacar que a população negra livre, escravizada, descendente, estava inserida na luta não pela manutenção da ordem social vigente, e sim na luta por uma concretização da liberdade, encontrando formas de lutar contra a opressão em defesa de uma liberdade de fato e de direito. O jornal *O Publicador Goyano*, de quem foi editor, assim o descreve:

Não será supérfluo dizer algumas palavras a respeito deste homem que foi o trabalho personificado: nasceu em Goyaz no dia 12 de outubro de 1844, de paes pobres e sem prestígio na sociedade. Aos 9 anos se fez adepto de Gutemberg e desde esse dia nunca deixou de trabalhar como typographo. Não tinha completado 20 annos e já fundava em Goyaz a primeira banda de música da Guarda Nacional da qual foi professor por muito tempo. (O PUBLICADOR GOYANO, 1889, *apud* LAURINDO, 2017, p. 77).

E assim, como temos visto, percebemos uma vida marcada por experiências diversas, sendo um sujeito que provavelmente enfrentou desafios em decorrência de sua

⁵ Sobre este debate da escravidão e movimento abolicionista em Goiás, ver mais em: Sant’anna (2005).

⁶ Precisamos destacar que os jornais da Província foram importantes aliados, com papel relevante como meio de comunicação na disseminação do ideal abolicionista, reforçando o discurso do progresso, denunciando a exploração da mão de obra escravizada, defendendo o banimento da escravidão. *A Tribuna Livre e O Publicador Goyano* assumiram papéis importantes nesse processo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

condição social. Laurindo (2017) aponta que, por não existir documentação sobre o início de sua escolaridade, parte da hipótese de que aprendeu a decodificar as letras e gradativamente foi se alfabetizando, conforme ia praticando como aprendiz na tipografia. São também indícios dessas dificuldades o fato de os pais serem “pobres e sem prestígio”, bem como as questões inerentes às condições de frequência à instrução pública primária⁷, principalmente para a comunidade afrodescendente.

Não é difícil supor que, ao enfrentar uma conjuntura de debates acirrados sobre as questões da escravidão e abolição, Tocantins tenha de utilizar estratégias para superar muitas questões. Laurindo (2017) defende a hipótese de ascensão por meio do esforço e mérito, não descartando o apadrinhamento a Tocantins por parte, principalmente, de uma organização chamada de Centro Goiano⁸, que, mesmo tendo registrado esse tipo de relação a pessoas brancas, auxiliava estudantes em dificuldades financeiras que cursavam escola superior em diferentes faculdades no Rio de Janeiro (Ibidem, p. 89). Esse centro oportunizou que jovens concluíssem o curso de Direito, Mineralogia, Matemática, Ciências Biológicas, entre outros. José do Patrocínio Marques Tocantins concluiu o curso de Mineralogia, o que respondia às necessidades da Província, onde, de acordo com Chaul (1997), a Província de Goiás, até o século XIX, foi sustentada pela exploração das minas auríferas. Essa formação deu a Tocantins, condições de atuar profissionalmente, explorando as minas de ouro de Barro Alto e a de diamantes de Rio Claro.

Não ocupou por muito tempo funções como mineralogista, já que, durante esse tempo, esteve envolvido com os jornais e com o ofício de professor no Lycêu. Laurindo (2017) defende que sua carreira de músico foi desempenhada por meio do magistério. As fontes revelam que, embora tenha se destacado como professor de Música, a concretização da prática de sala de aula foi desafiadora e carregada de contestação por parte, principalmente, do poder público. Afinal, são vários registros de tentativa de manter

⁷ A questão da obrigatoriedade escolar na Instrução Primária aparece na Província de Goiás em dois momentos: em 1835, com a Primeira Lei Goiana sobre Instrução Pública, onde o Presidente José Rodrigues Jardim declara sobre a obrigatoriedade da família com a instrução, mas com “relatos de extremo pessimismo no cumprimento da legislação”, sendo retomada em 1861 pelo Presidente da Província José Martins Pereira de Alencastre (1861-1862), mas com um contexto de papel redentor para trazer luzes à população e não como direito da criança. Sobre esse assunto, ver mais em: Alves e Valdez (2013).

⁸ Laurindo (2017) informa que este clube contribuiu para a escolarização de muitos estudantes, que, como José do Patrocínio, não possuíam recursos financeiros suficientes para se manterem.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o professor em outros locais. Em 1876, temos registro de que teria sido transferido para a região de Pedro Afonso, “designado a ministrar aulas primárias” (GOIÁS, Ofício, 1874-1876).

Em 1878, foi transferido para trabalhar na tipografia do *Correio Oficial*, lugar de onde “pediu exoneração do cargo de diretor redator do Correio Oficial de Goyaz” (*A TRIBUNA LIVRE*, jornal, 1881, p. 2). Observamos que o motivo esteve associado ao fato de ser um jornal de divulgação das notícias do governo, portanto, não correspondia ao perfil de Tocantins que, por óbvio, não teria liberdade de expressar suas ideias. Entendemos que toda a trajetória do Professor Tocantins esteja associada à resistência, onde todas as recusas às determinações dos administradores demonstram o seu desejo de ser mantido na função de professor de música, para a qual foi contratado e exercia de forma legalizada; ele desejava ser professor de cargo, diante da importância que a cadeira de Música representava na sua vida profissional.

No exercício de seu ofício como professor deixa indícios de ter sido respeitado por seus alunos e como jornalista sobre a comunidade provincial, por meio dos jornais. No entanto, não encontramos nenhuma manifestação do uso dessa autoridade com o objetivo de autopromoção, pelo contrário, José do Patrocínio falava sempre em defesa dos goianos. Ele reconhecia que o objetivo do Presidente não era somente puni-lo, mas, especificamente, distanciá-lo do magistério, dos meios de comunicação e da possibilidade de contribuir com os grupos liberais e abolicionistas em defesa de um Estado democrático e livre.

3 – Considerações Finais

Precisamos estar atentos para entender que o atual perfil de professor não serve para entender a forma como esta ocupação se apresentava em outros períodos. Compreender como um ofício transmutou-se em profissão requer investigar os diferentes formatos de sua configuração. A figura do professor, como conhecemos, tem sua história diretamente ligada ao percurso da própria escola moderna, conformando-se, ao longo do tempo, a partir de um modo de funcionamento e organização bastante característicos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nessa construção, diferentes agentes sociais atuaram de modo a imprimir as perspectivas das quais compartilhavam acerca do trabalho do professor. Perceber a atividade do professor como algo dado e natural, vocacionado, e não como resultado de um movimento socio-histórico, a partir de relações de força entre grupos que disputam o campo educacional, traz prejuízos para a constituição da categoria e precisa ser urgentemente superado.

A partir das inserções feitas a respeito do professor José do Patrocínio Marques Tocantins que ocupou a docência no Lycêu, podemos conjecturar que, ao trabalhar com um tema tão pouco explorado, buscamos lançar um outro olhar sobre a história do ofício de professor na instrução secundária na Província de Goiás. As fontes trabalhadas mostraram um campo atuante em formação, que em nada se parecia com aquelas representações que trazem um passado dourado da profissão, onde professores se limitavam ao trabalho dentro de suas salas, sendo bem remunerados, e contando com boas condições de trabalho, professores felizes e obedientes.

Observamos que Tocantins, a exemplo de outros sujeitos denovam um trânsito formativo vasto. Foi uma pessoa inserida na vida social de maneira diversa e que tinham a docência como um desses mecanismos. Exerceu o ofício dentro de um campo de forças fortemente marcado pela presença da Igreja. A ideia aqui foi registrar a atuação de um desses sujeitos, estando atentos a uma história que não desconsiderasse as diversidades, as discontinuidades, as pequenas iniciativas, com isso desconstruindo verdades e certezas naturalizadas.

É possível perceber que houve a construção de uma representação coletiva sobre a atuação dos professores no século XIX, e que, por entendê-la como provisória e contraditória, seria necessário pensá-la dentro do movimento característico desse tempo, e e que a investigação sobre o movimento docente e as formas associativas de professores no século XIX ainda se constituem como possibilidade investigativa para a História da Educação nas Províncias do Império. Foi o que nos apontou provisoriamente os indícios sobre a vida e atuação do professor José Marques do Patrocínio Tocantins.

4 – Referências bibliográficas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A TRIBUNA LIVRE. Anno IV – n.º 23 – 11/06/1881, p. 1 e 2, Seção A - Instrução secundária. *In:* BARRA, V. M. L. da. Documentos de História da Educação de Goiás, 2012. v. 1 (CD).

BRETAS, G. F. **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1991.

CATANI, D. B. Estudos de História da Profissão Docente. *In:* FARIA FILHO, L.; LOPES, E. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 585-599.

CERQUEIRA, Francisco Januário da Gama. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Goyaz: Typographia Provincial, 1858. *In:* BARRA, V. M. L. da. Documentos de História da Educação de Goiás, 2012. v. 1 (CD)

CHAUL, N. F. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora UFG, 1997.

COELHO, E. C. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930). Rio de Janeiro: Record, 1999.

CORREIO OFFICIAL. 02/04/1881, p. 2. *In:* BARRA, V. M. L. da. Documentos de História da Educação de Goiás, 2012. v. 1 (CD).

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. *In:* FARIA FILHO, L. M.; LOPES, E. M. T.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 151-204.

GOIÁS. Livro de Documentação Manuscrita n. 0481– Diversos (1867 – 1872) – Arquivo Histórico de Goiás.

GOIÁS. Livro de Documentação Manuscrita n. 602 – Ofícios da Presidência da Província à Instrução Pública (1874 – 1876) – Arquivo Histórico de Goiás.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LAURINDO, A. M. **José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889)**: trajetória de um afrodescendente na Província de Goiás no século XIX. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

VALDEZ, D.; ALVES, M. F. A imagem dos professores nos relatos oficiais: província de Goiás (século XIX). *In*: MACHADO, M. M.; SANTOS, J. S. **Percursos históricos da educação no cerrado**. Campinas: Mercados de Letras, 2012. p. 95-119.